

A Importância da Cooperação Portuguesa e Brasileira na Formação Superior de Angolanos

Ermelinda Liberato

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Centro de Estudos Africanos – IUL, Portugal

ermelinda.liberato@gmail.com

Resumo

A cooperação ao nível do ensino superior assume particular importância ao nível da formação superior realizada no exterior pois é mediante os acordos de cooperação estabelecidos que se decide o país de envio dos estudantes. Portugal e Brasil apresentam-se como dois parceiros importantes no âmbito da cooperação estudantil, não só em termos da receção de estudantes angolanos nas suas instituições de ensino superior, como também na melhoria daquele nível de ensino em Angola.

Palavras-chave: ensino superior, cooperação, Portugal, Angola, Brasil

The importance of Portuguese and Brazilian aid in higher education of Angolans

Abstract

Higher education aid is particularly important in education overseas because it is on the basis of agreements that the country decides where students will be sent. Portugal and Brazil are two important partners when it comes to higher education aid, not only with regard to acceptance of Angolan students, but also in improving that level of education in Angola.

Keywords: higher education, cooperation, Angola, Portugal, Brazil

Até 1963, data de início do funcionamento dos Estudos Gerais Universitários de Angola, Portugal apresentou-se como o espaço hegemónico para a formação superior de angolanos. A falta de um subsistema de ensino de nível superior em Angola conduziu à mobilização de muitos jovens, sobretudo brancos, para o centro do império colonial, a fim de realizarem essa formação. A criação dos Estudos Gerais Universitários não fez, no entanto, diminuir, nos primeiros anos após a sua implementação, o envio de estudantes angolanos para Portugal, prevalecendo assim a preferência pela realização da formação superior na metrópole. No período pós-independência, mantém-se o predomínio da formação superior no exterior, tendo para o efeito sido criado um sistema nacional de bolsas de estudo, bem como um organismo responsável pela sua

gestão (INABE). Os estudantes eram maioritariamente enviados para os países socialistas, em cumprimento dos acordos de cooperação estabelecidos com Angola, assim como muitos cooperantes destes países chegaram a Angola para “apoiarem” a implementação do novo sistema de educação angolano.

A cooperação apresenta-se assim como um processo chave na formação superior realizada fora do país, pois é no âmbito dos acordos estabelecidos que são decididos os países de destino, bem como as condições a que os estudantes ficam sujeitos. Neste processo, Portugal e Brasil assumem um papel de destaque. As ligações históricas e culturais bem como a partilha do mesmo idioma fortalecem as relações de amizade e de cooperação com estes países, e funcionam como fatores decisivos na escolha do destino para a formação superior.

O papel da cooperação na formação superior de angolanos

A cooperação define-se como um processo social através do qual os seus intervenientes procuram realizar objetivos comuns. Quanto à cooperação entre Estados, de acordo com Fernandes *et. al.*:

A cooperação afirma-se como um dever dos estados, uns perante os outros, dentro dos princípios de subsidiariedade contidos na carta das Nações Unidas. Quer na relação estado a estado, quer de forma multilateral, cooperar significa evitar que os países sofram uma dependência total do exterior, vivam uma marginalização face ao mundo de alto padrão de rendimento e caiam numa pobreza crescente (2005, p. 15).

Na celebração de protocolos de cooperação está assim implícita a “criação de mecanismos e o estabelecimento de laços de solidariedade” (Afonso, 1995, p. 13), bem como uma conjugação de esforços tendo em vista o mesmo fim, podendo para o efeito abranger diversas áreas (económica, cultural, educativa, saúde, etc.).

A cooperação educativa internacional tem assumido, nos últimos anos, papel de destaque nos acordos de cooperação dado ser um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). No que toca a Angola, nesta fase de reconstrução pós-guerra, a cooperação educativa internacional revela-se primordial, de modo a qualificar os seus recursos humanos, para que consigam dar resposta aos desafios com que se deparam diariamente.

Cooperação educativa Portugal – Angola

A cooperação educativa entre Portugal e Angola ficou salvaguardada no Acordo Geral de Cooperação, publicado em 1979 (Diário da República, 1979), onde podemos ler:

As Partes Contratantes propõem-se celebrar um acordo cultural que, com respeito mútuo das culturas portuguesa e angolana, visará o reforço do

intercâmbio cultural e científico entre os dois povos, bem como a valorização da língua portuguesa no âmbito das relações internacionais¹.

Ficando igualmente acordado que:

Cada Parte Contratante compromete-se a cooperar, dentro das suas possibilidades, no processo de desenvolvimento científico e técnico da outra Parte, nomeadamente:

- a) Pondo à sua disposição pessoas e entidades qualificadas e criando os meios técnicos adequados;
- b) Contribuindo para a formação dos seus quadros, designadamente facilitando o acesso dos nacionais da outra Parte aos seus estabelecimentos de ensino e formação;
- c) Participando na criação e desenvolvimento dos seus centros de ensino e formação, bem como de organismos científicos e técnicos².

Esta matéria deu posteriormente origem ao Acordo de Cooperação nos Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros, assinado entre os dois países, em 1987, sendo posteriormente publicado no Diário da República (português) sob a forma de Decreto nº 29/91 de 19 de abril (Diário da República, 1991). Este acordo compreende diversas formas de cooperação nos domínios da educação³ com destaque para a “formação ou atualização de quadros e concessão de bolsas de estudo”⁴.

Depois da alteração da conjuntura política internacional, que levou ao colapso do bloco socialista, em 1989, as relações bilaterais entre Portugal e Angola experimentaram um novo impulso, sendo a década de 1990 aquela que registou maior número de bolseiros da cooperação portuguesa.

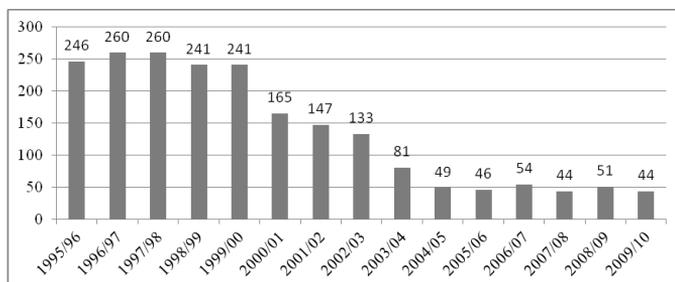


Figura 1
Nº de bolsas de ensino superior atribuídas pela cooperação portuguesa a angolanos por ano letivo

Fonte: IPAD (2011, p. 205)

1 Artigo 2º da Lei 6/79 de 9 de fevereiro.

2 Artigo 3º da Lei nº 6/79 de 9 de fevereiro.

3 Artigos 2º e 4º do Decreto-lei nº 29/91.

4 Alíneas E e G do artigo 2º do Decreto-lei nº 29/91.

A década de 1990 foi o período em que o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) atribuiu um maior número de bolsas de estudo a estudantes angolanos, sendo os anos letivos de 1996/97 e 1997/98 aqueles com maior número de bolseiros (260 bolseiros), período coincidente com a intensificação da guerra civil em Angola. A partir do ano letivo 2003/04 (81 bolseiros), observa-se uma diminuição do número de bolsas de estudo, não chegando o número de bolseiros a uma centena, número que desde então tem vindo a decrescer. Essa diminuição do número de bolsas está relacionada com a orientação da política de cooperação portuguesa em privilegiar as bolsas de estudo para os níveis mais avançados, nomeadamente mestrados e doutoramentos. De acordo com Correia, o valor despendido em bolsas de estudo tem-se mantido uniforme pois uma bolsa de mestrado representa o dobro da de licenciatura e a de doutoramento custa três vezes mais (2010, p. 20).

O estabelecimento da paz em Angola, em 2002, marca uma nova etapa quanto aos acordos de cooperação na área educativa entre os dois países. De acordo com o Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Angola 2007/2010 (PIC), a cooperação entre os dois países passa sobretudo pela reconstrução de Angola. Para o efeito, o programa salienta a importância da educação na “redução da pobreza na atual fase pós-conflito, através de uma abordagem de médio prazo que permita a promoção de um desenvolvimento económico e humano sustentável” (PIC, 2008, p. 23). Para o cumprimento destes desígnios, foram traçados três eixos prioritários de cooperação:

- 1 – Capacitação Institucional: visando apoiar os esforços do Governo da República de Angola na promoção da boa governação, na capacitação das suas instituições e na consolidação do Estado de direito;
- 2 – Desenvolvimento Sustentável e Luta Contra a Pobreza: visando contribuir para o desenvolvimento social, humano e económico de Angola e a melhoria das condições de vida da sua população;
- 3 – *Cluster* da Cooperação: projetos de cooperação que possam constituir-se como primeiro motor do desenvolvimento económico e social de uma determinada divisão político-administrativa do país exterior à capital do país.

Em relação à educação, as recentes orientações estratégicas definidas no documento “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa” salientam o seu papel no desenvolvimento uma vez que:

possibilita ao ser humano adquirir conhecimentos, valores e competências que lhe permitem valorizar-se e adaptar-se à evolução social e cultural, melhor dialogar e compreender as necessidades dos outros, participar ativamente nas estratégias de desenvolvimento e reforçar a dimensão da cidadania (PIC, 2008, p. 81).

De acordo com o mesmo documento, a cooperação portuguesa com Angola na área educativa tem como principais objetivos:

- Melhorar a qualidade de ensino a todos os níveis, nomeadamente através da formação de professores;
- Contribuir para o reforço institucional, através de ações de apoio à gestão e inspeção escolar e de assistência à reformulação dos currícula;
- Apoiar a formação de estudantes angolanos em diversas áreas, nomeadamente através da concessão de bolsas de estudo e de investigação e inserção profissional;
- Promover a língua portuguesa enquanto veículo privilegiado de educação e formação (ensino em Português);
- Reforçar o papel de níveis de ensino especializados – como o ensino superior e o ensino técnico-profissional – enquanto suporte para um desenvolvimento económico e social sustentado (PIC, 2008, p. 82).

Em suma, além do apoio ao retorno dos quadros angolanos já formados, Portugal tem apostado na melhoria da oferta de formação superior interna com o envio de professores portugueses para Angola, bem como na formação de quadros através da atribuição de bolsas de estudo internas, ao nível da licenciatura, privilegiando a atribuição de bolsas de estudo externas para os níveis mais avançados (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento).

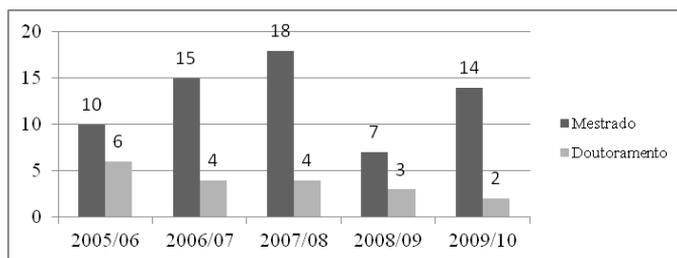


Figura 2
Bolsas para mestrado e doutoramento atribuídas a estudantes angolanos nos últimos 5 anos

Fonte: IPAD (2011, pp. 208-209)

Essa ênfase na educação mostra a sua importância no processo de cooperação entre os dois países, assim como no processo de desenvolvimento de Angola, indo ao encontro dos objetivos das principais organizações internacionais, com destaque para a UNESCO e o PNUD.

Cooperação Educativa Brasil – Angola

A cooperação técnica entre o Brasil e Angola começou em 1980, com a assinatura do Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica⁵. Desde então, e ao longo dos anos, vários acordos de cooperação têm sido celebrados entre os dois países.

⁵ <http://www.brasilangola.org.br> (acedido a 24 de dezembro de 2011).

Depois de um período de afastamento na década de 1990, assiste-se a uma reaproximação e intensificação nas relações entre Angola e o Brasil, devido a uma reorientação da política externa brasileira privilegiando a partir de então as relações com o continente africano, em particular com Angola (Gusmão, 2009; Pautasso, 2010). Essa reaproximação do Brasil a Angola tem início em 2003, quando o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) toma posse e “elege” Angola como um dos “principais sustentáculos da política brasileira” (ApexBrasil, 2010, p. 7). Neste sentido, são estabelecidos diversos acordos entre os dois países, em diversas áreas, com destaque para a educação, que se apresenta assim como uma das áreas prioritárias de cooperação para que Angola possa dar resposta às exigências de mercado.

Os acordos de cooperação técnico-científica, acadêmica, cultural e tecnológica das universidades brasileiras e do Estado brasileiro com os países africanos estão orientados no contexto da globalização, sobretudo para a luta contra a pobreza, a desigualdade e a exclusão, para o desenvolvimento sustentável (Fonseca, 2009, p. 25).

Deste modo,

além da assinatura de novos instrumentos jurídicos, a política externa do Governo Lula procurou intensificar a cooperação com África nas áreas de intercâmbio estudantil, da criação de uma universidade⁶ dedicada às necessidades dos povos lusófonos da África, do ensino da história africana em universidades brasileiras por professores africanos e de acordos entre academias diplomáticas (Protocolo de Cooperação na Educação)⁷.

A importância crescente do interesse da formação superior no Brasil é igualmente motivada pelos protocolos de colaboração que têm sido celebrados entre os dois países, no âmbito do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa Estudante Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

O Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) “constitui um dos instrumentos de cooperação educacional, que o governo brasileiro oferece a outros países em desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina” (MRE, 2000, p. 6)⁸ tendo como objetivo a formação e qualificação de recursos humanos desses países.

Este convênio é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria do Ensino Superior (SESU) e pelas instituições de ensino superior, com a participação das missões diplomáticas e consulares.

⁶ UNILAB: Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira. In <http://www.UNILAB.edu.br> (acedido a 24 de dezembro de 2011).

⁷ Disponível em <http://www.mre.gov.br> (acedido a 7 de outubro de 2011).

⁸ Disponível em <http://www.dce.mre.gov.br> (acedido a 16 de novembro de 2010).

Segundo o Manual do PEC-G, em vigor desde 2000, o estudante deverá reunir determinados requisitos para se poder candidatar, tais como a faixa etária (18-23 anos completos) e outros documentos comprovativos da sua situação (documentação pessoal e documentação escolar), ficando garantido os seguintes direitos:

- Isenção de propinas;
- Isenção de realização de exame de ingresso na instituição de ensino superior;
- Reconhecimento do diploma no seu país de origem;
- Visto temporário e carteira de identidade, renovados anualmente;
- Assistência médica, farmacêutica e odontológica.

Por seu lado, o estudante também tem deveres a cumprir, ficando limitado o seu envolvimento em manifestações de cunho político e impossibilitado de exercer qualquer atividade remunerada, dedicando-se somente ao estudo e comprometendo-se com o retorno ao país de origem no máximo três meses após a conclusão do curso⁹.

No entanto, coloca-se a questão do benefício deste convénio uma vez que o encargo financeiro é da responsabilidade dos estudantes, que assinam um comprovativo atestando a sua capacidade económica para se manter no Brasil (alojamento, alimentação, vestuário, transporte, passagem de avião, compra de material escolar).

Por outro lado, trata-se igualmente de um programa que se limita a um determinado público (18-23 anos), deixando de fora indivíduos com idade superior a 23 anos e que não tiveram oportunidade de estudar mais cedo.

No ano de 2010 o PEC-G dispunha de 2600 vagas para estudantes estrangeiros. Foram apresentadas 1013 candidaturas e apenas selecionados 498 candidatos, dos quais 41 angolanos. Para o ano de 2011, foram selecionados 83 angolanos para a frequência da licenciatura, destacando-se os cursos de medicina, gestão, economia, comunicação social e direito como os mais procurados pelos estudantes¹⁰.

O Programa Estudante Convénio de Pós Graduação (PEC-PG) confere o grau de mestrado ou doutoramento e é coordenado pelo “Ministério das Relações Exteriores (MRE), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)” (MRE, 2010, p. 3)¹¹.

O PEC-PG apresenta diferenças consideráveis em relação ao PEC-G,

9 O Estudante-Convénio só recebe o seu diploma na embaixada brasileira sediada no seu país de origem e somente o próprio pode levantar o documento e assinar o término do seu processo.

10 Dados disponíveis no endereço eletrónico do Ministério das Relações Exteriores – <http://www.mre.gov.br> (acedido a 2 de fevereiro de 2011).

11 <http://www.mre.gov.pt> (acedido a 2 de fevereiro de 2011).

começando pelo facto de ser coordenado pelo MRE, sem a participação do MEC. Nesta fase, o aluno já é tido como um profissional, sendo a comprovação de vínculo laboral no seu país de origem um dos critérios de seleção. Também aqui os alunos beneficiam de isenção do pagamento das propinas, assim como usufruem de assistência médica, odontológica e farmacêutica e ainda dos seguintes benefícios:

- Passagem aérea do seu país de origem para o Brasil e seu posterior retorno;
- Bolsa de estudos até 24 meses para o curso de mestrado e de até 48 meses para o de doutoramento, sem possibilidade de renovação;
- Orientação académica por parte das coordenações de pós-graduação.

No entanto, os alunos que foram abrangidos pelo PEC-G, e que desejem realizar o mestrado ou o doutoramento, só se podem candidatar através do PEC-PG dois anos depois do término da sua licenciatura, e de terem regressado ao país de origem e exercido uma atividade profissional no âmbito da sua formação.

No ano de 2010 o PEC-G recebeu 450 candidaturas de estudantes estrangeiros mas apenas 188 foram selecionadas (96 com bolsas de mestrado e 92 com bolsas de doutoramento). No ano de 2011 foram aprovadas 215 candidaturas, das quais 8 angolanos, 4 candidatos para a frequência do mestrado e 4 candidatos para a frequência do doutoramento¹².

Pelos dados apresentados, constatamos que o número de candidaturas para a licenciatura foi superior às candidaturas para o mestrado e o doutoramento. Uma justificação para esse facto foi-nos facultada pela responsável pelo Departamento Educacional do Consulado do Brasil em Luanda, que apontou a inserção dos estudantes no mercado de trabalho e o seu investimento em carreiras profissionais assim como a constituição de família, como razões principais de falta de candidatos.

Conclusão

Os diversos constrangimentos que Angola passou condicionaram o melhor desempenho do ensino superior. Para qualificar os recursos humanos que o país precisava para dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento, o governo angolano optou pelo envio dos estudantes para o exterior, mediante acordos de cooperação previamente estabelecidos. Portugal e o Brasil assumem assim um papel de destaque no que toca à cooperação educativa que Angola estabeleceu com os mais diversos parceiros. As ligações históricas, a partilha do mesmo idioma,

¹² Os dados aqui apresentados estão disponíveis no sítio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (<http://www.mre.gov.br>) e do Ministério da Educação (<http://www.mec.gov.br>).

bem como a aproximação cultural, contribuíram para o fortalecimento dos laços que unem os três países. Entre estes três países vem-se estabelecendo assim uma rede de cooperação estudantil em que Angola tem sido a principal beneficiada. Resta contudo saber se Angola tem aproveitado esse apoio da melhor forma, ao reconhecer o papel destes países, mas sobretudo, ao aproveitar os recursos humanos qualificados regressados destes países no seu processo de desenvolvimento.

Referências

- Afonso, M. M. (1995). *Cooperação para o desenvolvimento: Evolução e perspectivas futuras*. Lisboa: CIDAC.
- ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos). (2010). *Angola: Estudo de oportunidades*. Brasília: Unidade de Inteligência Comercial e Competitiva.
- Correia, A. M. (2010). A cooperação portuguesa e a educação. *Livro de Actas do coopedu – Congresso Portugal e os palop: Cooperação na Área da Educação* (pp. 15-39). Lisboa: CEA.
- Diário da República (Portugal). (1979). Lei 6/79 de 9 de Fevereiro que institucionaliza o Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e Angola. In <http://www.dre.pt> (acedido a 24 de dezembro de 2011).
- Diário da República (Portugal). (1991). Decreto-lei 29/91 de 9 de Fevereiro que institucionaliza o Acordo de Cooperação no Domínios da Educação, do Ensino, da Investigação Científica e da Formação de Quadros entre Portugal e Angola. In <http://www.dre.pt> (acedido a 24 dezembro de 2011).
- Fernandes, T. M., França Martins, J., & Rodrigues, L. (Coord.) (2005). Cooperar para o desenvolvimento: Memória e estudos. *Cadernos do ina*, 24.
- Fonseca, D. J. (2009). A tripla perspectiva: A vinda, a permanência e a volta dos estudantes angolanos no Brasil. *Proposições*, xx (1) (58), pp. 23-44.
- Gusmão, N. M. (2009). Introdução. *Proposições*, xx (1) (58), 13-21.
- IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento). (2011). *Cooperação portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento (1996-2010)*. Lisboa: IPAD. In <http://www.ipad.gov.pt> (acedido a 30 de setembro de 2011).
- MRE (Ministério das Relações Exteriores). (2000). *Manual do pec-g e pec-pg*. In <http://www.dce.mre.gov.br/> (acedido a 16 de novembro de 2010).
- Pautasso, D. (2010). A África no comércio internacional do grupo BRIC. *Meridiano 47*, XI (120), 54-59. In <http://ibri-rbpi.org> (acedido a 13 de novembro de 2010).
- PIC (Programa Indicativo de Cooperação Portugal Angola 2007- 2010). (2008). Lisboa: IPAD. In <http://www.ipad.pt> (acedido a 12 de junho de 2011).

Investimento em Capital Escolar e Processos Históricos de Mudança Social: Três gerações de estudantes angolanos em Portugal

Margarida Lima de Faria

Instituto de Investigação Científica Tropical – IICT, Portugal

margaridalf@iict.pt

Resumo

A evolução das gerações de estudantes angolanos a estudar em Portugal vem acompanhando a sucessão das mudanças sociais que caracterizam a história recente de Angola. O pesado legado deixado pelo colonialismo, no que toca a formação escolar das populações não-brancas, condicionou o acesso dessas populações ao ensino superior tendo sido necessário, no período que sucede a independência, empenhar todos os esforços na formação de quadros e, em simultâneo, na formação de formadores. Assim, muitos dos estudantes que ingressaram no ensino superior foram resgatados dos mais variados contextos sociais, sendo que a maioria provém de famílias com fraquíssima ligação à Escola. Contudo, existiam, à época, algumas famílias já escolarizadas acima da média, que mais não fizeram do que reproduzir essa situação, passando-a às novas gerações. Na presente comunicação comparar-se-ão esses “herdeiros” com os “novos estudantes” e o modo como construíram as suas trajetórias escolares, e como as foram articulando com os diferentes contextos de mudança da própria sociedade angolana.

Palavras-chave: ensino superior, mudança social, família

Investment in school capital and historical processes of social change: Three generations of Angolan students in Portugal

Abstract

The evolution in generations of Angolan students studying in Portugal has accompanied the succession of social changes in Angola's recent history. The heavy legacy left by colonialism in terms of the education of non-white populations conditioned their access to higher education. It was therefore necessary to put all efforts into staff and trainer training in the period after independence. Many students entering higher education were rescued from the most varied social contexts and the majority came from families with very weak connections to schooling. However, at that time there were some families with above-average education that did no more than reproduce their situation by passing it down to future generations. In this paper, I compare these “heirs” to the “new students” and how they built their school trajectories, and how these trajectories were intertwined with the different contexts of change in Angolan society itself.

Keywords: higher education, social change, family

Angola chega à independência (1975) com uma taxa bruta de escolarização de pouco mais de 33% (dados para 1973) (MED, 1995). Chega, também, à independência com uma parte (ínfima) da população escolarizada acima da média (elites intelectuais). Trata-se de uma população sobretudo branca (“civilizados”) e minoritariamente mestiça (os “assimilados”²). Estas antigas elites escolarizadas vão investir naturalmente na educação dos seus filhos reproduzindo o seu modelo e o seu lugar na sociedade angolana, sendo o ensino superior, em muitos dos casos, realizado em Portugal. A este grupo de estudantes denominámos de “herdeiros” usando o termo (e sentido) atribuído por Pierre Bourdieu e J.-C. Passeron na sua obra *Les Héritiers* (Bourdieu e Passeron, 1964) na qual estes são definidos como grupos estudantis com disposições para o ensino “herdadas”.

No período pós-independência, assiste-se ao ingresso no sistema de ensino de um novo tipo de estudantes angolanos oriundos de famílias (tradicionalmente) não escolarizadas, que para a sua prossecução (sobretudo para níveis médios e superiores) recebem “bolsas” do Estado angolano. Este investimento público em educação média e superior inscreve-se nos projetos de desenvolvimento das novas administrações socialistas (administrações 1975-1979 e 1979-1987) e sustentam-se em acordos celebrados com países politicamente alinhados. Na década de 1980, a atribuição de bolsas passa da coordenação do partido no poder (MPLA), para um modelo mais regulado, dependente do Estado – o Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE). Este investimento em bolsas de estudo atinge o seu auge durante a guerra civil angolana (de 1997 a 2001), em que as despesas do Estado com este apoio à formação, sobretudo no estrangeiro, constituem a componente mais importante dos custos em educação – depois dos gastos no ensino de base e na administração – representando cerca de 18% desses custos (Vinyals, 2002, p. 56). A este grupo de estudantes, encaminhados para o sistema educativo pelo Estado angolano, chamámos “bolseiros” e correspondem à geração mais velha do nosso estudo (tendo entre 35 anos e 55 anos).

Finalmente, hoje, fruto da escolarização da primeira geração e das mudanças estruturais do regime, no sentido da sua liberalização e abertura à economia global, e consequente redução da intervenção do Estado que cada vez mais prefere investir em bolsas para o ensino interno

1 De acordo com o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (Decreto-lei 39 666 de 1954), o branco era por nascimento “cidadão” e “civilizado”, enquanto que os negros e mestiços comprovando a sua “ilustração e hábitos”.

2 O “assimilado” teria de falar corretamente a língua portuguesa, exercer uma profissão, arte ou ofício que lhe assegurasse o rendimento necessário à sua manutenção e à das pessoas a seu cargo, ou possuir os meios suficientes para esse fim; ainda, deveria exibir uma boa conduta e adquirir a ilustração e os hábitos pressupostos para a aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses e não podia ter sido notado com refratário ou desertor do serviço militar (art.º 56º) (Mateus, 1999, p. 22).

acompanhando a construção de universidades no território nacional, agora pacificado, surge um novo tipo de estudantes que designámos de “novos estudantes”, que chegam ao ensino superior português sobretudo com o apoio económico das famílias, que veem com otimismo o sucesso previsível desse investimento, otimismo próprio de um país em franco crescimento. É da comparação destas gerações que iremos sustentar a nossa análise relacionando-a com a própria evolução da estrutura social de Angola e da cooperação portuguesa neste domínio.

Esta passagem, histórica, da situação de “herdeiros” a “bolseiros” e destes à de “novos estudantes” reflete uma outra descontinuidade – também descrita por Bourdieu e Passeron – que se nos afigura especialmente interessante enquanto contributo para a reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma cidadania mais ativa e crítica em Angola, por via destas novas gerações escolarizadas, sobretudo das que tiveram acesso ao ensino fora do país.

Para Bourdieu é na família que se cruzam, reproduzem, reconvertem e herdamos determinados capitais. O autor, que cunhou o conceito de capital escolar relacionando-o com capital social, económico e simbólico, refere-se às “estratégias de reprodução” das famílias enquanto forma de assegurar a manutenção do seu património e através dele a sua posição na estrutura de relações de classe. Esta importância atribuída à formação escolar baseia-se na “esperança subjetiva de êxito e ascensão pela escola” que, no caso em estudo, contamina cada vez mais novos protagonistas da sociedade angolana. De acordo com o sociólogo, “conferir títulos escolares equivale não só a conferir direitos – mas também, e sobretudo, a conferir aspirações, sistemas e expectativas e projetos de mobilidade”. A chegada de novos atores à cena angolana e a possibilidade de mobilidade conferida aos novos profissionais, sobretudo residentes na capital e em meios urbanos, e às suas famílias, que beneficiam das novas oportunidades geradas pela globalização, criam novas oportunidades de inserção no ensino superior alicerçadas em aspirações de um novo tipo.

Estas mudanças históricas e suas consequências sociais e simbólicas foram identificadas através de entrevistas a estudantes angolanos que frequentam o ensino superior em Portugal; e a profissionais que, em Luanda, tendo realizado o ensino superior em Portugal (como “bolseiros”), já regressaram e se integraram no mercado de trabalho, estando a utilizar as competências adquiridas enquanto profissionais (uma parte significativa ligada ao ensino). Foram entrevistados setenta indivíduos: vinte e cinco da geração mais velha (“bolseiros”) – realizadas em Luanda – e quarenta e cinco indivíduos da geração mais nova (“herdeiros” e “novos estudantes”) – estas últimas realizadas nas cidades de Lisboa (30) e Porto (10). Tratando-se de um estudo exploratório e tendo-se optado por uma análise qualitativa, a metodologia de amostragem, não-probabilística, foi uma combinação de “amostra por conveniência” e amostra do tipo “bola de neve”. As entrevistas realizaram-se entre 2006 e 2010.

Da análise das entrevistas construíram-se as seguintes sínteses analíticas:

Os mais velhos “bolseiros”

- Adultos (com idades compreendidas entre os 35 e os 65 anos).
- Iniciaram a escolarização no período anterior à independência, tendo definido a sua trajetória superior no período pós-independência.
- Frequentaram o ensino superior durante o reacender da guerra civil (1992).
- Os seus percursos escolares foram erráticos, tendo sido forçados a interromper e, em muitas situações, a mudar de curso.
- Entraram para o ensino superior com uma idade superior à idade média europeia.

Os mais jovens: “herdeiros” ou “novos estudantes”

- Jovens ou jovens-adultos (com idades compreendidas entre 21 e 35 anos).
- Iniciaram a escolarização no período pós-independência.
- Os seus percursos escolares foram relativamente contínuos (ainda que possam ter sido forçados a passar um tempo em Portugal). Viveram o período da guerra civil durante a sua formação escolar primária e secundária, tendo alguns sido enviados, temporariamente, para Portugal após 1992 (sobretudo os rapazes para fugir ao recrutamento militar).
- Entraram para o ensino superior com uma idade equivalente à média europeia.
- Nalguns casos a sua passagem pelo ensino superior coincide (temporalmente) com a dos seus pais.

Da análise destas trajetórias de vida, foi possível constatar até que ponto estas novas gerações estudantis – quer sejam herdeiras do capital escolar familiar quer sejam recém-chegadas ao ensino em rutura com as trajetórias passadas dos seus ascendentes – estão hoje numa situação potencialmente mais autónoma (que a anterior dos “bolseiros” dependentes e em dívida com o Estado angolano), recentrando as suas trajetórias escolares e induzindo-lhes novas direções. Estes jovens, ou jovens adultos dos novos países africanos no contexto da liberalização económica, que como referem Comaroff e Comaroff no seu estudo sobre as juventudes africanas nos tempos coloniais e pós-coloniais, têm demonstrado uma capacidade de adaptação sem precedentes, manifesta na sua capacidade de circulação e de estabelecimento de ligações entre locais, através do espaço transnacional, estão na situação única de serem jovens em países africanos “jovens” e em franco crescimento económico, o que significa, só por si, terem possibilidades acrescidas de inventar o seu próprio fu-

turo (Comaroff & Comaroff, 2005). Esse “futuro” passa por um posicionamento crítico em relação às elites instaladas, e pelo modo como se veem a contribuir para o desenvolvimento do seu país.

Através das análises das trajetórias escolares e das vivências durante a sua estadia em Portugal, de uma para outra geração assiste-se à alteração do peso de redes de tipo político-partidário para as de tipo comunitário e logo para a crescente importância das predominantemente de tipo associativo ou mesmo das de tipo ainda mais fluído baseadas em suportes informáticos virtuais. Esta mudança configura uma outra que constitui-se como que uma passagem de um sentido coletivista (em que domina a entreajuda) para uma crescente possibilidade de “individualização” abrindo o “campo dos possíveis” aos jovens migrantes estudantis. Ermelinda Liberato (Liberato, 2012), que entrevista uma geração ainda mais jovem, refere ainda um outro sentido de mudança que inaugura a possibilidade de não-retorno e/ou de transferência sucessiva destes jovens a estudar fora de Angola, para outros contextos geográficos na prossecução das carreiras escolares sem fim à vista, o que mostra até que ponto as escolhas abertas aos indivíduos no contexto das novas relações sociais fora do país (no seu caso de estudo para Portugal e Brasil), em coincidência com uma maior abertura no que se refere à regulação quer do Estado quer mesmo das próprias famílias, poderá ainda resultar em novas formas de autonomia menos harmonizadas com os contextos sociais/familiares de origem.

Se o esforço de construção de laços familiares ou “comunitários” identificado pelo sociólogo João Peixoto, na análise das populações migrantes jovens, como um dos meios mais fortes de potenciar as relações sociais”, caracteriza-se “pelo altruísmo, a solidariedade e a dádiva”, já “os laços associativos são permeados pelo interesse egoísta dos indivíduos [...] [estabelecendo-se] nas trocas e no mercado de trabalho” (Peixoto, 2006, p. 14).

São essas possibilidades mais individualistas e potencialmente mais criativas que Bourdieu e Passeron atribuíam sobretudo aos “herdeiros” às quais se vem juntar o esforço e empenhamento na aquisição de um conhecimento que lhes venha a ser mais tarde útil (no caso francês da década de 1960), que tornam a saída do país especialmente importante para a formação da consciência, não apenas estudantil, mas para o ecletismo cognitivo e cultural destas novas gerações de angolanos. É que ligada a esta “cultura livre”, considerada por Bourdieu “condição implícita do sucesso universitário” (Bourdieu e Passeron, 1964, p. 32), está a construção de “capital social” hoje considerado fundamental para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Também é esta troca de benefícios e de relações de confiança, possibilitada pela pertença a essas redes coletivas (académicas ou outras) que garante a cooperação, e a confiança mútua, entre os atores sociais, a uma escala internacional.

Esta distinção entre “estudantes do Estado” e “estudantes das famílias” é, assim, fundamental para entender a sucessão das gerações assim como a trajetória educativa de Angola no que se refere ao ensino

superior com repercussões óbvias na constituição das suas futuras elites culturais e políticas. Se as elites no poder parecem, de acordo com os testemunhos dos entrevistados, apostar noutros países com um valor acrescentado nos *rankings* académicos à escala mundial (EUA, Reino Unido, França), já as classes médias angolanas ainda acreditam que Portugal tem as condições sociais (ligações familiares que perduram ainda desde a época colonial), académicas (prestígio das instituições de ensino superior), económicas e linguísticas que favorecem a integração dos seus. Ainda de acordo com os testemunhos dos jovens inquiridos este investimento familiar na educação escolar é-lhes transmitido deste a infância de forma relativamente rígida e em consonância com a sua formação moral. De acordo com a sua própria representação de si por comparação com os “outros” que vão para outros destinos, o modo como foram educados inculcou-lhes um sentido de responsabilidade e de serviço que parece distingui-los dos filhos dessas velhas e atuais elites.

Reflexões finais

Portugal talvez esteja a receber, comparativamente com outros países, os estudantes angolanos que melhor saberão aproveitar e enquadrar o capital escolar adquirido.

A articulação entre o processo agencial de envio (conduzido e gerido cada vez pelos próprios estudantes) e o processo estrutural de construção de condições de receção (logística e burocrática) afigura-se assim da maior importância na identificação das prioridades no acompanhamento político deste fenómeno.

Dado o reconhecimento desta situação, bem mais complexa do que os dados estatísticos evidenciam, esta deverá ser a base de ponderação das políticas de cooperação. A questão que se põe é em que medida Portugal estará a saber aproveitar esta população estudantil móvel, fixando-a e reproduzindo-a (o mesmo será dizer não se deixando ser substituído por outros destinos), em benefício da sociedade portuguesa, do próprio sistema de ensino português e da aproximação aos países de envio como plataforma de transição e negociação entre diferentes mundos. O sucesso da cooperação de Portugal, ao nível da educação universitária, depende da sua capacidade de alimentar a horizontalidade destas ligações sociais, alimentando e adensando estas “redes sociais” e as ligações históricas que entre os dois países se teceram muito para além dos acordos entre as duas nações. Ambos os países deverão tirar o máximo partido desta situação específica de mobilidade estudantil, ou de diáspora estudantil, utilizando estas redes para a transferência de conhecimentos e de competências com benefícios bilaterais.

A análise do papel de Portugal, como país de acolhimento destes estudantes universitários, e das redes que advêm dessa experiência, quer ao nível macro das nações quer ao nível micro dos indivíduos e das suas relações interpessoais, poderá dar assim um contributo decisivo

para a compreensão da posição relativa de cada país assim como para a definição de políticas de cooperação mais eficazes e sustentáveis, com benefícios para ambos os países.

Referências

- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1964). *Les héritiers. Les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Comaroff, J., & Comaroff, J. (2005). Reflections on youth from the past to the postcolony. In Honwana, A., & Boeck, F. de (Eds.), *Makers & breakers – Children & youth in postcolonial Africa* (pp. 19-30). Trenton, NJ: Africa World Press.
- Liberato, E. (2012). *Educação e desenvolvimento: A formação superior de angolanos em Portugal e no Brasil*. Tese de doutoramento não publicada.
- Mateus, D. (1999). *A luta pela independência. A formação das elites fundadoras da frelimo, mpla e paigc*. Editorial Inquérito. Mem Martins: Inquérito.
- MED, 1995. *Plano-Quadro Nacional de Reconstrução do Sistema Educativo (1995-2005)*, Ministério da Educação. Luanda.
- MED (1995). *Plano-quadro nacional de reconstrução do sistema educativo (1995-2005)*. Luanda: Ministério da Educação.
- Peixoto, J. (2006). Conclusões do seminário. In *Fórum Gulbenkian Imigração, Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro da cplp – As Diásporas como Agentes de Desenvolvimento* (pp.13-18). Organização Internacional para as Migrações.
- Vinyals, L. (2002). *O financiamento público dos sectores sociais em Angola*. S. João do Estoril & Luanda: Principia e OIM (Organização Internacional para as Migrações).